

Fim do IPC-r pode prejudicar mutuário

Os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação podem vir a ter problemas, nessa nova etapa do Real, com a adoção da livre negociação salarial a partir de 1º de julho e a manutenção, ainda que temporária, das atuais normas de correção da poupança.

É que, sem uma política salarial que determine o reajuste, os bancos poderão ter dificuldades para saber quanto subiu o salário do mutuário e, por tabela, qual será a correção de contratos vinculados ao Plano de Equivalência Salarial (PES).

Somente a Caixa Econômica Federal faz o monitoramento dos salários de algumas categorias profissionais. O que poderá permitir a aplicação do reajuste correto à prestação. Mas, para as categorias não monitoradas, ao que tudo indica os bancos poderão usar critérios próprios para definir os percentuais de correção. E caberá ao mutuário reivindicar a revisão de suas prestações.

Quanto ao saldo devedor e, também, às prestações em contratos atrelados ao Plano de Comprometimento de Renda (PCR), a atualização mensal é feita pelo índice de correção da poupança (TR).

Enquanto o Governo mantiver a política de juros altos, a TR será elevada e vai pesar a cada mês na dívida habitacional. Só que o salário do mutuário terá garantia de subir apenas na data-base de sua categoria profissional, o que poderá levar muita gente a ficar com seu orçamento comprometido.